

**Assunto: RECURSO - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024 -
AGRICULTURA FAMILIAR - COOPERATIVA
CENTRO LITORÂNEA**

De: Jorge Martins <jorgemartins5@yahoo.com.br>

Para: licitacao@saquarema.rj.gov.br <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Data: 25/11/2024 10:52



Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 11079 / 24

Fls. 228 Rubrica SA

- 1 Recurso - CCL.pdf (~1.1 MB)
- Procuração - CCL.pdf (~302 KB)
- RG - JORGE MARTINS.pdf (~366 KB)
- 2 Ata de Constituição da Cooperativa.pdf (~4.4 MB)
- 3 Itaboraí -CONTRATO - EMPENHO.pdf (~2.5 MB)
- 4 Nova Friburgo - CONTRATO.pdf (~197 KB)
- 5 Marinha ATA 003 - FINAL Abertura Chamada pública 6012_2024- 2.pdf (~1.2 MB)
- 4.1 EDITAL- Nova Friburgo1.pdf (~723 KB)
- 5 Marinha ATA 003 - FINAL Abertura Chamada pública 6012_2024- 2.pdf (~1.2 MB)
- 3.1 Itaboraí - edital2024 agricultura familiar2.pdf (~2.8 MB)
- 2 ESTATUTO - ATA - ATUAL - CCL.pdf (~8.2 MB)

Prezados Senhores, bom dia.

Segue em anexo o recurso, referente a chamada pública nº 001/2024.

Proponente:
Cooperativa Centro Litorânea
CNPJ 42.185.755/0001-58



COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA

CNPJ 42.185.755/0001-58

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 11.079/24

Fls. 1229 Rubrica SA

ILMO SR PREGOEIRO PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CHAMAMENTO
PÚBLICO Nº001/24

DO FATO:

A Cooperativa Centro Litorânea, participante do Chamamento Público do Município de Saquarema, nº 001/2024, teve sua desclassificação fundada nos seguintes termos:

... "ausente ata de eleição dos dirigentes, descumprindo o item 6.1.1 a.5.

DA IMPUGNAÇÃO À DECISÃO DESCLASSIFICATÓRIA DA COOPERATIVA
CENTRO LITORÂNEA:

A Cooperativa Centro Litorânea foi desclassificada da chamada pública por não ter anexado a ata de eleição da diretoria, conforme decisão acima indicada.

Com efeito, a referida Cooperativa anexou no processo da chamada pública a ATA PARA ALTERAÇÃO NA COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA, assembléia ocorrida em 20 de maio de 2023 e não a ATA DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA, ata constitutiva da Cooperativa, ocorrida em 2021.

Ocorre que a ausência formal da referida Ata Constitutiva da Cooperativa não compromete a sua participação e classificação na Chamada Pública nº 001/2024, pelos motivos a seguir expostos:

Endereço: ROD RJ 116, Km 34 – Bairro: Taboado - Cachoeira de Macacu – RJ – CEP 28.680-000



COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA

CNPJ 42.185.755/0001-59

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 11.049 / 24

Fls. 1230 Rubrica SA

Primeiro argumento, a própria Ata anexada aos autos, devidamente registrada em cartório, menciona de forma textual, no bojo do seu conteúdo, a presença da diretoria da Cooperativa, **o Presidente Gilberto Rodrigues Knust, o Diretor Operacional, Lenilson da Silva Baiense e a Diretora Financeira, Ana Cristina Ade Caldas**, revelando consequentemente a composição da sua diretoria.

A Cooperativa, numa interpretação lógica e sistemática, entendeu que esta Ata para alteração estatutária seria por si só suficiente como documento comprobatório da constituição dos dirigentes da Cooperativa, já que menciona expressamente os titulares dos cargos. E, portanto, substitutiva da Ata anterior. **E este raciocínio foi respaldado também no fato de que tendo sido esta Cooperativa que atendeu o Município de Saquarema na última chamada, este Ato primário da constituição já constaria do último Processo de Chamamento Público da Administração Pública, como de fato consta, por ter sido ela contemplada.**

Houve uma interpretação da Cooperativa fundamentada numa lógica contextual no sentido de que a Ata subsequente substituíra a anterior, Ata constitutiva de seus membros. Em razão desta interpretação, a Cooperativa anexou o documento referente a Ata de alteração, cumprindo, assim, o item do Edital 6.1.1.a.5. Se não tivesse ela o entendimento de que a ATA subsequente substituiria a ATA da constituição dos seus membros, ela não teria anexado nos autos o ato da última assembléia.

Na lógica deste raciocínio, **não houve omissão de apresentação documental, mas sim de uma leitura (interpretação) de que este documento não apresentado estava sendo substituído pela última Ata de alteração.**

A exigência da juntada da Ata Constitutiva, portanto, ainda neste raciocínio/interpretação, **configura uma exigência complementar**, cuja



COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA

CNPJ 42.185.755/0001-58

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 11049 / 24

Fls. 1231 Rubrica SA

ausência, inclusive, não deveria fundamentar a desclassificação da Cooperativa, já que passível de saneamento por diligência legal, como será abordado a seguir.

É certo que uma interpretação que não seja pautada na mera literalidade do texto (que levaria a conclusão da omissão documental), mas que seja dentro de uma lógica sistêmica, levará a conclusão da possibilidade **de se complementar a informação faltante com a ata constitutiva, que passa a ter valor de informação e não somente valor documental.** Esta conclusão só é possível porque o documento não anexado deixa de ser um documento autônomo e passa a ser um documento vinculado ao documento apresentado. E isto afasta a tese de que se está anexando documento após a habilitação, já que este a ser anexado passa a ser configurado diretamente como vinculado ao apresentado em seu lugar.

A desclassificação, ora impugnada, priorizou um rigor formal em detrimento a uma interpretação de compreensão razoável e moderada, que poderia garantir um resultado associado ao interesse público, qual seja, garantir maior êxito da participação das cooperativas de agricultura familiar no processo da chamada pública.

Vale ressaltar que a Cooperativa Centro Litorânea já participou de outras chamadas públicas, todas com êxito, com a mesma documentação apresentada nesta chamada de Saquarema e com as mesmas exigências nomeadas no Edital. São elas, Prefeitura Municipal de Itaboraí, contrato 37/2024; Prefeitura de Nova Friburgo, contrato 024/2024, Prefeitura Municipal de São Gonçalo, contrato nº 22/24 e Ministério da Fazenda, Marinha do Brasil, chamada pública federal nº 6012/2024. Estão anexadas neste recurso as cópias dos Editais apenas com a finalidade de se comprovar que neles constaram a Ata de Constituição como documento a ser anexado. E em todas as chamadas esta Ata foi substituída e aceita pela ora anexada no processo de Chamamento de Saquarema.

Endereço: ROD RJ 116, Km 34 – Bairro: Taboado - Cachoeira de Macacu – RJ – CEP 28.680-000



COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA

CNPJ 42.185.755/0001-58

Prefeitura Municipal de Siquilândia

Processo 11079 / 24

Fls. 1232 Rubrica SA

Na realidade, em respeito ao princípio da razoabilidade, há de se priorizar uma interpretação lógica e contextual dos processos licitatórios, a fim de não se comprometer a eficácia do resultado e do objetivo a serem alcançados pela atividade administrativa da chamada pública.

Outro não é o entendimento jurisprudencial:

Acórdão 1211/2021 plenário Relator WALTON ALENCAR RODRIGUES

“ O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do artigo 3º, caput, da lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato...

.....

*Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento “que deveria constar originariamente da proposta” prevista no artigo 43, § 3º da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. **Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.***

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida a oportunidade para sanear os seus documentos de



COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA

CNPJ 42.185.755/0001-58

Prefeitura Municipal de Sapucaia

Processo 11.079 / 24

Fls. 1233 Rubrica SB

habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado(fim).

(os grifos são nossos)

Não há ressalvas impeditivas no tocante a possibilidade de se anexar, como diligência, qualquer documento que deveria ter constado na fase de habilitação. A Lei das Licitações, no artigo 64, inciso I não ressalva qual a natureza do documento a ser anexado em complementação. Não faz distinção entre documentos essenciais e não essenciais, se estavam ou não previstos na Edital do certame. Qualquer interpretação que restrinja o direito de participar, por exigência obstativa meramente formal, compromete a igualdade entre os licitantes.

O artigo 64, I reza que:

“Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

Complementação de informações sobre documentos já apresentados:

O documento que a Cooperativa apresentou, ATA DE ATERAÇÃO, indicou expressamente os seus dirigentes. Ressalta-se mais uma vez que a documentação faltante só não foi anexada porque supôs-se que a ATA



COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA

CNPJ 42.185.755/0001-58

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 11.079 / 24

Fls. 234 Rubrica SA

anexada substituiria a outra. **Portanto, não houve ausência de documento, mas sim, insuficiência de informações do documento apresentado.** No presente caso, a ATA anterior não anexada, a da constituição dos dirigentes da Cooperativa, pode complementar o documento apresentado. Não se deixou de juntar documentos apenas se avaliou que um documento (o anexado) substituiria o outro (que não foi juntado). Logo, esta Ata que consta no processo substituiu a Ata constitutiva. E, por isso, a Ata não anexada pode configurar-se como COMPLEMENTAR das informações.

É uma interpretação razoável e não excludente.

DO PEDIDO:

Considerando o exposto, solicita a Participante, Cooperativa Centro Litorânea, a reconsideração da decisão desclassificatória:

1. para conceder à Recorrente a oportunidade de anexar o documento complementar (ata da constituição) com fundamento no artigo 64 da Lei das licitações, baseado na interpretação de que a ATA ANEXADA aos autos está substituindo o documento elencado no artigo 6.1.1.a.5, pois este foi o entendimento da Participante por ocasião da sua habilitação. E baseada no fato de que o artigo 64 I não distingue a natureza do documento a ser objeto do complemento.
2. Ou para admitir como diligência a complementar as informações faltantes na ATA ANEXADA, UMA CERTIDÃO DA Prefeitura de Saquarema comprobatória da existência da ATA de posse da Diretoria, que se encontra arquivada no processo referente à última Chamada Pública, onde a Cooperativa Centro Litorânea foi a contemplada no processo de chamamento.



COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA

CNPJ 42.185.755/0001-58

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 11079 / 24

Fls. 1235 Rubrica SA

Caso não seja deferido o pedido que Vossa Senhoria determine que o Recurso seja encaminhado à Instância Superior para a devida apreciação.

N. Termos

P. Deferimento

Cachoeiras de Macacu, 25 de novembro de 2024.

JORGE

MARTINS:2355

0171749

Assinado de forma
digital por JORGE

MARTINS:23550171749

Dados: 2024.11.25

08:36:44 -03'00'

Jorge Martins

RG nº 2.620.934-6 Detran/RJ

CPF nº 235.501.717-49

Procurador



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1358 RUBRICA SA

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA

Referente ao Processo nº 11079/2024

Chamamento Público nº 001/2024

Trata-se de **RECURSO** contra ao **Edital do Chamamento Público Presencial nº 001/2024**, interposto pela cooperativa **COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.185.755/0001-58, estabelecida na ROD RJ 116, Km 34 – Taboado - Cachoeira de Macacu/RJ.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

O direito ao recurso administrativo em processos licitatórios é garantido pela Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos. Especificamente, o art. 165 da referida Lei assegura aos licitantes a possibilidade de interpor recurso contra atos de habilitação e inabilitação, nos seguintes termos:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

9



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1359 RUBRICA 

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.


§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O prazo para interposição do recurso foi devidamente observado pela **COOPERATIVA CENTRO LITORÂNEA**, que manifestou tempestivamente em ata sua intenção de recorrer contra a decisão de inabilitação no Chamamento Público nº 001/2024, atendendo ao disposto no art. 165, inciso I, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021. Portanto, o presente recurso deve ser conhecido, tendo em vista a sua admissibilidade formal.

9



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1360 RUBRICA 

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública de abertura dos envelopes do certame, foi marcada originalmente para ocorrer em 08/11/2024, encerrando-se 22/11/2024, quando, assistindo ao item 11 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos registrado em ata ao encerramento de cada fase e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 14.133/2021 em exame foi interposto tempestivamente via correio eletrônico. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e 165, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021;

O edital do Chamamento Público nº 001/2024 estipulou que as recorrentes deveriam se manifestar motivadamente em ata suas intenções de recursos, em conformidade com o art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021. A recorrente observou rigorosamente esses prazos, apresentando suas razões dentro do período legal de 3 (três) dias úteis, contados a partir da intimação da decisão de inabilitação.

Assim, o recurso interposto pela Centro Litorânea é tempestivo, estando plenamente adequado às exigências formais para seu processamento.

III. DO PROCEDIMENTO DE ORIGEM DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 11.079/2024 referente ao chamamento público para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, através de chamamento público, destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência para compor a merenda Escolar das Unidades de Ensino – Creche, Pré-Escolar, Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial, com entrega parcelada, durante o ano de 2024 do Município de Saquarema/RJ.

Antes de dar prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 11 da Lei 14.133/2024, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;





PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1361 RUBRICA SD

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Informo que, na análise do mérito do recurso apresentado pela instituição Cooperativa Centro Litorânea, verificou-se que o cerne da questão está na reconsideração da decisão que inabilitou a recorrente por ausência de documentação, conforme exigido pelo instrumento convocatório. Tal decisão, proferida pelo agente de contratação, ensejou a interposição do presente recurso, no qual a recorrente busca reverter sua inabilitação, sustentando ter atendido a todos os requisitos necessários.

IV. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece as normas gerais para a condução dos processos licitatórios e contratos administrativos, e impõe que todos os licitantes e a Administração Pública observem rigorosamente as disposições do edital, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021, prevê expressamente que:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1362 RUBRICA SD

Assim, todas as exigências constantes do edital devem ser cumpridas pelos licitantes, sob pena de desclassificação ou inabilitação. O edital é a norma que vincula tanto a Administração quanto os participantes da licitação, devendo ser respeitado em sua integralidade.

V. DOS PEDIDO DA RECORRENTE:

A recorrente alega, resumidamente, e após requer que:

Considerando o exposto, solicita a Participante, Cooperativa Centro Litorânea, a reconsideração da decisão desclassificatória:

1. para conceder à Recorrente a oportunidade de anexar o documento complementar (ata da constituição) com fundamento no artigo 64 da Lei das licitações, baseado na interpretação de que a ATA ANEXADA aos autos está substituindo o documento elencado no artigo 6.1.1.a.5, pois este foi o entendimento da Participante por ocasião da sua habilitação. E baseada no fato de que o artigo 64 I não distingue a natureza do documento a ser objeto do complemento.
2. Ou para admitir como diligência a complementar as informações faltantes na ATA ANEXADA, UMA CERTIDÃO DA Prefeitura de Saquarema comprobatória da existência da ATA de posse da Diretoria, que se encontra arquivada no processo referente à última Chamada Pública, onde a Cooperativa Centro Litorânea foi a contemplada no processo de chamamento.

Caso não seja deferido o pedido que Vossa Senhoria determine que o Recurso seja encaminhado à Instância Superior para a devida apreciação.

VI. ANÁLISE DO RECURSO

O presente recurso administrativo, interposto pela Cooperativa Centro Litorânea, visa impugnar a decisão de inabilitação proferida pelo agente de contratação no Chamamento Público nº 001/2024, em razão da não apresentação da ata de posse da atual diretoria, documento obrigatório conforme item 6.1.1.a.5 do edital.

A decisão de inabilitação está amparada nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, legalidade e isonomia, fundamentos centrais do regime jurídico das

9



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1363 RUBRICA SD

contratações públicas. A recorrente, em sua manifestação, busca justificar a ausência documental por meio de interpretações particulares, referências a outros certames e solicitações de complementação de documentos, argumentos esses que, como será demonstrado, não encontram respaldo jurídico ou fático para prosperar.

Conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o edital é a norma soberana que rege o certame, vinculando não apenas os licitantes, mas também a própria Administração Pública. Nesse contexto, a tentativa da recorrente de flexibilizar exigências editalícias claras compromete a segurança jurídica, a transparência e a igualdade de condições entre os participantes.

Dessa forma, proceder-se-á à análise detida e fundamentada dos pontos apresentados pela recorrente, reafirmando a correção e a legalidade da decisão de inabilitação.

I – Substituição da Ata de Posse por Ata de Alteração Estatutária:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“A ata para alteração estatutária, devidamente registrada em cartório, menciona a composição da diretoria, o que seria suficiente para comprovar a legitimidade dos dirigentes, substituindo a ata de posse exigida no edital.”

Resposta a Recorrente:

A argumentação apresentada pela recorrente revela uma interpretação inadequada das exigências editalícias e da natureza jurídica da ata de posse. A ata de posse é o documento formal que confere legitimidade à diretoria eleita, atestando sua capacidade de representar legalmente a entidade perante terceiros. Esse documento não pode ser substituído por outros, ainda que mencionem os mesmos dirigentes, pois a ata de posse possui requisitos específicos e vinculados ao ato de investidura.

A ata de alteração estatutária apresentada pela recorrente, embora registre mudanças nas normas internas da cooperativa, não possui a finalidade de comprovar a legitimidade formal dos dirigentes. Essa diferença de finalidade torna o documento inadequado para cumprir a exigência do edital. A apresentação da ata de posse é imprescindível para garantir que a entidade esteja representada de maneira regular e legítima perante a Administração Pública.

91



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1364 RUBRICA

O item 6.1.1.a.5 do edital não deixa margem para interpretações alternativas, sendo expresso ao exigir a ata de posse da atual diretoria, registrada no órgão competente. Essa exigência objetiva assegurar a regularidade formal da representação da cooperativa no certame, protegendo tanto o interesse público quanto a segurança jurídica do processo. Admitir qualquer flexibilização ou substituição violaria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, inscrito no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A aceitação de um documento diverso, como a ata de alteração estatutária, representaria tratamento desigual entre os licitantes, concedendo à recorrente uma vantagem indevida em detrimento das demais participantes que cumpriram rigorosamente todas as exigências do edital. Tal situação afrontaria o princípio da isonomia, elemento estruturante das licitações públicas, que exige tratamento igualitário para todos os participantes.

Ressalte-se, ainda, que o edital vincula tanto a Administração quanto os licitantes, e suas disposições devem ser interpretadas de forma objetiva e uniforme. Destaca-se que o rigor na observância das regras editalícias é indispensável para preservar a transparência e a competitividade dos certames.

A tentativa da recorrente de apresentar um documento diverso como substitutivo demonstra não apenas desconhecimento das exigências editalícias, mas também desprezo pelo caráter objetivo e técnico que rege os processos licitatórios. Assim, a ausência da ata de posse inviabiliza a habilitação da recorrente, configurando falha substancial e insanável.

II – Da Solicitação de Diligência para Complementação Documental:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“A ausência da ata de posse configura insuficiência de informações e não omissão documental, sendo plenamente possível sua complementação com base no art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021”

Resposta a Recorrente:

O dispositivo invocado pela recorrente está sendo indevidamente interpretado para justificar uma irregularidade que compromete a substância de sua habilitação. O art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permite a complementação de informações acerca de



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1365 RUBRICA 

documentos já apresentados, mas não autoriza a inclusão de documentos essenciais que deveriam ter sido entregues no momento oportuno.

No caso em análise, a ata de posse é um documento obrigatório, conforme item 6.1.1.a.5 do edital, e sua ausência constitui uma falha substancial, não uma mera insuficiência de informações. A ausência desse documento inviabiliza a comprovação da legitimidade da diretoria da cooperativa, o que, por sua vez, impede sua habilitação.

A complementação documental prevista na legislação aplica-se apenas a erros formais ou omissões secundárias, como a necessidade de esclarecer informações já constantes dos documentos entregues. Não se trata de uma faculdade para sanar falhas essenciais ou para regularizar documentos inexistentes na fase de habilitação. Aceitar a complementação solicitada pela recorrente significaria subverter o processo licitatório, comprometendo sua integridade e isonomia.

O edital, ao prever a obrigatoriedade da ata de posse, estabeleceu uma condição objetiva e clara, que não admite flexibilizações ou interpretações subjetivas. Cabe à Administração, por meio do agente de contratação, garantir o cumprimento dessas regras de maneira uniforme e imparcial, sem conceder privilégios a qualquer participante.

Além disso, a jurisprudência administrativa é firme ao estabelecer que a apresentação de documentos essenciais fora do prazo de habilitação constitui irregularidade insanável, não passível de correção por diligência. Permitir tal prática seria criar um precedente perigoso, que comprometeria a segurança jurídica dos certames e violaria o interesse público.

Assim, a ausência da ata de posse inviabiliza qualquer possibilidade de regularização por diligência, sendo a decisão de inabilitação da recorrente plenamente amparada pela legislação aplicável e pelas disposições editalícias.

III – Da referência a Outros Certames:

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“A mesma documentação foi aceita em outros certames, como os realizados pelas Prefeituras de Itaboraí, Nova Friburgo e São Gonçalo, bem como em chamadas públicas federais, o que demonstra que a ata apresentada é suficiente.”





PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1866 RUBRICA SA

Resposta a Recorrente:

O argumento apresentado pela recorrente é absolutamente irrelevante para o presente certame. Cada processo licitatório é regido exclusivamente por seu respectivo edital, sendo inaplicável a utilização de práticas ou decisões tomadas em certames anteriores como justificativa para o descumprimento das exigências previstas no edital atual.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, determina que tanto os licitantes quanto a Administração devem observar rigorosamente as disposições editalícias. Assim, a aceitação de documentos em processos anteriores não tem qualquer impacto jurídico sobre as exigências estabelecidas no Chamamento Público nº 001/2024.

Ademais, a utilização de decisões ou práticas de outros certames como parâmetro contraria o princípio da impessoalidade, que impede qualquer tratamento diferenciado entre os licitantes. O cumprimento das regras do edital vigente é obrigatório para todos os participantes, independentemente de eventuais experiências anteriores em outras licitações.

Portanto, a referência a outros certames não tem qualquer relevância jurídica no presente caso e apenas reforça a inconsistência das alegações apresentadas pela recorrente.

VII. CONCLUSÃO

Diante da análise detalhada dos fatos, das normas aplicáveis e dos documentos apresentados, conclui-se que a inabilitação da Cooperativa Centro Litorânea foi procedente e encontra-se integralmente amparada nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da legalidade, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Realizados todos os esclarecimentos necessários e considerando que a ausência da ata de posse da atual diretoria inviabilizou o cumprimento de exigência essencial do item 6.1.1.a.5 do edital, DECIDO:

- **Negar provimento ao recurso administrativo** interposto pela Cooperativa Centro Litorânea, mantendo sua inabilitação no âmbito do Chamamento Público nº 001/2024, com fundamento nas seguintes razões:

[Assinatura]



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1361 RUBRICA 9

I. Ausência da ata de posse da diretoria exigida pelo edital:

A recorrente deixou de apresentar documento essencial à comprovação da legitimidade de sua representação, configurando falha substancial que inviabiliza sua habilitação. A tentativa de substituir a ata de posse por outro documento, como a ata de alteração estatutária, não atende às disposições editalícias e compromete a segurança jurídica do certame.

II. Improcedência do pedido de diligência para complementação documental:

O art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não se aplica para regularização de falhas substanciais, como a ausência de documento essencial à habilitação. Tal ausência caracteriza fato intransponível, incompatível com a previsão legal de complementação de informações.

III. Irrelevância da referência a outros certames:

Cada processo licitatório é regido por seu respectivo edital, e práticas de outros certames não têm o condão de flexibilizar as regras do Chamamento Público nº 001/2024. O argumento apresentado pela recorrente é inócuo e desprovido de respaldo jurídico.

IV. Regularidade da conduta do agente de contratação:

A decisão de inabilitação foi proferida em estrita conformidade com o edital e com os princípios que regem as contratações públicas, garantindo a lisura, a igualdade de condições entre os licitantes e a proteção do interesse público.

- Desta forma, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e presentes elementos de admissibilidade. No mérito, **nego-lhe provimento e mantenho inalteradas as decisões tomadas no âmbito do Chamamento Público nº 001/2024.**



PROCESSO Nº 11.079/2024

FLS. 1268 RUBRICA SS

- Firmo que a recorrente **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame.

- Dê ciência da decisão à requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, e posteriormente, à autoridade competente para ciência e decisão final.

Saquarema, 25 de novembro de 2024.

GUILHERME CASTRO
Agente de Contratação

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109